

AS RELAÇÕES PÚBLICAS SEGUNDO O PARADIGMA HUMANISTA RADICAL

ANA MARIA EIRÔA DA FONSECA*

RESUMO: O estudo analisa a abordagem crítica das Relações Públicas que visa a emancipação e conscientização de grupos oprimidos pela super-estrutura ideológica. De acordo com o humanismo radical, esta abordagem enfatiza que as Relações Públicas devem facilitar o desenvolvimento das potencialidades humanas.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Públicas: Paradigmas
Relações Públicas: Humanismo Radical

ABSTRACT: The study analyzes the critical approach of Public Relations that aims the emancipation and consciousness of oppressed groups by the ideological superstructures. According to the radical humanism, this approach emphasises that Public Relations must facilitate the development of human potencialities.

KEY WORDS: Public Relations: Paradigms
Public Relations: Radical Humanism

* Professora Adjunta do Departamento de Comunicação da UFRGS. Mestre em Administração pelo PPGA/UFRGS.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem dada às Relações Públicas que postula uma nova ótica embasada na necessidade de conscientização humana, visando a emancipação do homem em relação às estruturas que o oprimem, fundamenta-se no Paradigma Humanista Radical. Pela forma reflexiva que utiliza para descrever, compreender e explicar os fenômenos sociais, essa concepção também tem sido denominada de dialética. Ou ainda, é conhecida como Relações Públicas Alternativas pelas peculiaridades da construção e das práticas do discurso utilizado, com a participação dos receptores num processo de comunicação que visa libertá-los.

Em estudo anterior, analisando obras publicadas sobre Relações Públicas, que pela nitidez conceitual permitem identificar o paradigma que as fundamenta, destacou-se o trabalho de Cícilia Peruzzo - Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista (1982). Ao explicitar uma nova concepção para a utilização das Relações Públicas, visando libertar o homem oprimido através da conscientização, a autora fundamenta-se no Paradigma Humanista Radical, tendo em vista a forma como explica a natureza da sociedade e da ciência (Fonseca, 1989).

As práticas propostas nas relações comunitárias embasam-se em pressupostos teóricos oriundos de estudos do século passado, revistos neste século por cientistas sociais que enfatizam conceitos como conscientização, alienação, crítica, potencialidades e libertação. Para se compreender os fundamentos, mesmo com interesse apenas prático, é fundamental que se conheça a historicidade dos pensamentos que originaram essa forma de teorizar e agir tão diferente das Relações Públicas usuais, funcionalistas.

As Relações Públicas propostas por Peruzzo implicam numa nova postura diante da sociedade, em novas formas de conceituar as relações sociais, os públicos, na reformulação das metodologias de pesquisa e de planejamento. Pela inexistência de literatura específica pertinente, torna-se imprescindível uma revisão histórica conceitual. Somente com isso, se torna possível a necessária congruência entre o agir e o pensar, se torna possível criar ou adequar técnicas de relacionamento, embasadas no processo dialético, que visem transformar radicalmente a sociedade.

Conforme as tradicionais concepções, as Relações Públicas, através das interações entre instituições e públicos, buscam uma integração. Conforme a nova proposta, buscam a conscientização e a participação dos públicos oprimidos, alienados nas tramas do capitalismo, visando uma mudança radical das estruturas opressoras, incluindo as próprias instituições. Enquanto para as Relações Públicas tradicionais, as formas de regular, de harmonizar, de solucionar conflitos são necessárias para evoluir, e os públicos são objetos da ação, a nova proposta busca formas de conscientizar, para emancipar e transformar profundamente, através de públicos que são sujeitos da ação.

Para se entender a profundidade e a dinamicidade desta nova visão em Relações Públicas, é necessário conhecer a evolução social e filosófica do homem conscientizado, sujeito de sua história, com potencialidades para se emancipar da escravidão, imposta pelas estruturas opressoras

2 ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PARADIGMA HUMANISTA RADICAL

O Paradigma Humanista Radical defende uma posição subjetivista em relação às ciências sociais, dando ênfase à conscientização humana como elemento indispensável à libertação, posicionando o homem como realidade última e sujeito principal de sua história.

Segundo estudos sobre os paradigmas que embasam as ciencias sociais, desenvolvidos por Burell e Morgan (1979), o Humanismo Radical tem suas idéias derivadas das tradições do Idealismo Germânico. Incluem-se nestas tradições Kant, Hegel, Marx (em sua primeira fase, ainda jovem) e outros influenciados pela interpretação subjetiva dos primeiros trabalhos marxistas.

A idéia de que a realidade última é de natureza mais espiritual do que material, explicitada pelo Idealismo Germânico, a partir de Kant, fundamenta a noção subjetivista do Humanismo Radical, segundo a qual o homem cria o mundo em que vive.

Os Idealistas Germânicos, como Kant, Fichte, Schelling e Hegel,

“escreveram suas filosofias em resposta ao desafio vindo da França, à reorganização do estado e da sociedade em bases racionais, de modo que as instituições políticass se ajustassem à liberdade e aos interesses do indivíduo” (Marcuse, 1978, p.17).

Para eles, a Revolução Francesa representava a abolição de um sistema repressor (o absolutismo feudal) e a emancipação do indivíduo, que se libertava tornando-se sujeito autônomo de seu desenvolvimento e de sua história. Para eles, o homem demonstrou ser capaz de se libertar da ordem e dos valores dominantes e de determinar e organizar sua realidade conforme exigências de seu pensamento racional livre.

Tudo isso representava uma grande transformação tendo em vista o contexto social da época, que explicava a história da emancipação humana através de princípios abstratos, transcendentais. Esta emancipação dai em diante passava a ser encarada como conquista do homem, através de sua conscientização, deixava de ser apontada como obra de outras forças superiores ao homem. A história humana poderia ser então construída pelo próprio homem, senhor da razão.

Dentro da necessária revisão histórica para compreender as origens do humanismo radical que hoje embasa uma nova concepção teórica das Relações Públicas, é importante destacar a contribuição de Hegel quanto à caracterização da dialética. Este filósofo prussiano, que inspirou a primeira fase dos estudos de Marx, defendia a existência de relações contraditórias no processo de desenvolvimento das idéias, da vida, da sociedade. Para ele,

“toda a idéia (tese) é inevitavelmente contrariada por um conceito oposto (antítese) e de sua luta surge a síntese. No momento de seu aparecimento, a síntese torna-se tese, renovando outra vez o círculo. O trio tese-antítese-síntese é conhecido como tríade; o processo pelo qual se realiza a tríade é a dialética...” (Jacobs, 1974, p. 125).

Hegel defendia que a primeira norma da razão era desconfiar da autoridade ou veracidade dos fatos. O entendimento (reflexão isolada) gera polaridades conceituais, contradições que são superadas pela razão, que reconcilia opostos, os unifica, restaurando a totalidade. Ao apresentar a tríade como uma unidade dinâmica de opostos que define a verdadeira forma do pensamento,

“o modelo dialético representa e, por isso, é ‘a verdade de’ um mundo perpassado de negatividade, no qual tudo difere do que realmente é, um mundo no qual a oposição e a contradição constituem as leis do progresso” (Marcuse, 1978, p. 28).

Conforme o materialismo dialético de Marx, concentrado em torno do elemento econômico, a mudança social é constante e ocorre através da luta entre a burguesia e o proletariado, com a vitória final deste último. Uma dentre as muitas diferenças entre as idéias de Hegel e de Marx está na maneira de interpretar o conflito que ocorre na existência humana. Enquanto para Hegel, este conflito origina-se na dialética de idéias; para Marx, a base deste conflito é material, oriunda dos modos econômicos de produção e do sistema de classes.

Os primeiros estudos de Marx, denominados como relativos a primeira fase deste pensador (ao jovem Marx), caracterizavam-se dentro da perspectiva idealista objetiva, por isso são delegados à corrente que embasa o humanismo radical. Seus trabalhos posteriores, relativos à segunda fase, são apontados como influentes em outro paradigma, o do estruturalismo radical. Tais trabalhos ocorreram quando se deu a ruptura epistemológica e Marx enveredou para uma interpretação mais realista do mundo social, que dá maior ênfase às estruturas de relacionamento do que à consciência humana, à alienação e à crítica, destacadas em sua fase inicial. Conforme Burrell e Morgan (1979), a segunda fase representa a ruptura de Marx com o, posteriormente, denominado humanismo radical.

Na perspectiva idealista, quando revisava a filosofia hegeliana, portanto em sua primeira fase, “essencialmente, Marx inverteu o quadro de referência refletido pelo idealismo hegeliano e então formou a base para o humanismo radical” (Burrell; Morgan, 1979, p.33). Acrescentando a isso uma crítica à sociedade de seu tempo, Marx desenvolveu os fundamentos idealistas objetivos básicos para o desenvolvimento do humanismo radical. Ele negava a ordem social existente defendida por Hegel, que reconciliava os antagonismos na esfera da razão ou do espírito absoluto. A existência do proletariado, para Marx, demonstrava que a razão hegeliana não garantia uma ordem social ideal, que os antagonismos não estavam reconciliados. A história e a realidade negavam aquilo que Hegel defendia em sua filosofia. Contudo, Marx reaproveitou muitos conceitos hegelianos, sua perspectiva histórica, seu método dialético de análise, etc.

Marx e os novos hegelianos de esquerda

“enfativavam que todas as objetivações encontradas no mundo social eram criações humanas e apontavam o caminho para uma filosofia

emancipatória que enfatizava como os indivíduos, através da auto-conscientização, podem criar e então mudar a sociedade na qual vivem” (Burrell; Morgan, 1976, p.281).

Para Marx, a sociedade de sua época, sobretudo o sistema de produção capitalista, determinava formas de trabalho responsáveis pela alienação humana, tanto em relação à atividade em si como ao produto desta atividade. A divisão do trabalho, a apropriação do trabalho pelo capital escravizam o homem, distanciando-o de forma alienante do processo produtivo. E demonstrando que o modo de produção capitalista é sustentado por esta alienação, Marx desenvolveu sua crítica filosófica, abrangendo outros conceitos como universalidade da natureza humana, reificação das relações, dominação, abolição da propriedade privada, classes sociais, satisfação das necessidades individuais, liberdade e emancipação humana, etc. Depois, defendendo a idéia de que a crítica à sociedade não poderia mais prosseguir através da filosofia, mas sim dentro de uma prática sócio-histórica, ele partiu para a elaboração de sua própria teoria, sendo separada “a teoria dialética das formas subseqüentes de positivismo e relativismo” (Marcuse, 1978, p.293).

Após o desenvolvimento de interpretações relacionadas aos trabalhos anteriores de Marx, tais idéias ficaram latentes até 1920, quando então foram reavivadas por Lukács e Gramsci. Este interesse foi retomado por alguns membros da Escola de Frankfurt, em especial por Habermas e Marcuse. Ainda estão ligados ao mesmo paradigma, os mais diversificados pensadores como Sartre, Illich, Castañeda e Laing. Para Burrell e Morgan (1979), todos estes buscam mudar a realidade social, que é dominada por uma superestrutura ideológica, através das transformações dos modos cognitivos e da conscientização.

Dando continuidade às idéias postuladas nos estudos iniciais de Marx, com origens no Idealismo Germânico, neste século, a partir de teóricos sociais, surgiu a Teoria Crítica, representada por Lukács, por Gramsci e pela Escola de Frankfurt. Abordando teoria e prática, através de uma concepção filosófica-social, a proposição desta Escola fundamenta-se em “descobrir a sociedade pelo o que ela é, desmascarar sua essência e modo de operação e traçar os fundamentos para a emancipação humana através de profunda mudança social” (Burrell; Morgan, 1979, p.284).

Expoentes desta Escola, como Marcuse e Habermas, reativaram a crítica hegeliana-marxista, aplicando-a na sociedade contemporânea, dando ênfase à superestrutura da sociedade capitalista como meio através do qual é controlada e configurada a conscientização das necessidades humanas no sentido de ajustar estas às exigências sociais.

De um modo geral, os seguidores da Teoria Crítica buscam as causas e as formas de alienação que impedem o desenvolvimento total do homem, seguindo conceitos e métodos diversos. Lukács enfatiza o conceito de reificação, Gramsci o de hegemonia ideológica, Marcuse o da dimensão humana reprimida e Habermas o da comunicação. Todos eles abordam conceitos fundamentais que embasam a Teoria Crítica, como: totalidade, conscientização e alienação.

3 CARACTERÍSTICAS DOS PARADIGMAS

Apesar da diversidade das teorias existentes em ciências sociais, é possível agrupá-las de acordo com o modelo, o padrão que utilizam para descrever, explicar e compreender a realidade, ou seja, de acordo com o paradigma que utilizam. Conforme Burrell e Morgan (2), estes paradigmas que se baseiam em concepções mutuamente exclusivas do mundo social são: o funcionalista, o estruturalista radical, o humanista radical e o interpretativo.

Tal classificação distingue como cada paradigma define as ciências sociais e como define a natureza da sociedade. Existem duas tendências nítidas na definição das ciências sociais - objetiva e subjetiva, que refletem a "compreensão do modo pelo qual o indivíduo cria, modifica e interpreta o mundo no qual se encontra" (Burrell; Morgan, 1979, p.3).

A concepção da natureza da ciência é classificada de acordo com a ontologia, a epistemologia, a natureza humana e a metodologia.

Através da ontologia, é definida a natureza do fenômeno. Se a realidade é encarada de forma objetiva, externa ao indivíduo, independentemente da cognição e da apreciação humana, a abordagem é considerada realista. Se, pelo contrário, a realidade é produto da consciência individual, criada por nomes e conceitos artificiais que servem apenas para estruturá-la, é considerada nominalista.

Através da epistemologia, é definida a dimensão do conhecimento: se objetivo, fundamentado na busca de regularidade e relações causuais, é considerado positivista; se subjetivo, dependente da vivência e participação do sujeito na ação, é relativo, então denomina-se antipositivismo.

Através da natureza humana, são descritas formas do homem se relacionar com seu contexto social. Se os seres humanos são condicionados por situações externas, a concepção é moldada pelo determinismo. Caso contrário, o voluntarismo define a autonomia e o livre arbítrio, do homem com potencialidades para transformar a realidade.

Através da metodologia é definida a maneira da investigação. Nomotética, quando fundamentada na pesquisa científica padronizada, em técnicas sistematizadas e instrumentos padronizados de investigação. Ideográfica, quando a metodologia não segue padrões rígidos, depende do objeto investigado. O pesquisador participa e vivencia a situação, visando obter um conhecimento profundo do assunto investigado, enfatiza a análise de situações históricas e de características subjetivas e cotidianas desse assunto.

A concepção da natureza da sociedade é classificada através de dois modelos sociológicos: o da regulamentação, que explica a sociedade em termos de unidade, coesão e busca regular as relações sociais; e o da mudança radical, que enfatiza a necessidade de mudança e explica a sociedade moderna através de modos de dominação e de estruturas de conflito. Conforme Burrell e Morgan (1979), os paradigmas funcionalista e interpretativo definem a sociedade através da regulamentação, enquanto os paradigmas humanista radical e estruturalista radical o fazem criticando as estruturas sociais que devem ser superadas através da mudança radical.

A obra de Burrell e Morgan (1979) representa um poderoso instrumento de análise das teorias sociais, que facilita distinções entre quadros de referência, modos de teorizar e operacionalizar a teoria. Contudo, convém salientar, conforme os próprios autores, que essa classificação de paradigmas compreende posições extremas, que nem sempre aparecem tão acentuadamente em todas as teorias.

4 RELAÇÕES PÚBLICAS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A obra de Peruzzo (1982), “Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista”, representa uma atual e inestimável contribuição teórica, fundamentada em dois paradigmas que enfatizam a necessidade de mudança radical: o estruturalista radical e o humanista radical. No desenvolvimento da crítica à sociedade e à função que as Relações Públicas têm tido na manutenção do “status quo” capitalista, Peruzzo utiliza “o materialismo histórico como referencial teórico” (1982, p.13), que é fundamentado no estruturalismo radical e não no humanismo radical. Mas quando propõe uma nova concepção para as Relações Públicas, ela o faz dentro dos moldes deste último. Como ambos paradigmas pregam a mudança radical, tal incongruência interna não invalida as conclusões, nem o valor fundamental e histórico desta obra que oportuniza uma reflexão profunda sobre as Relações Públicas.

O estruturalismo radical tem suas origens na teoria relativa à segunda fase de Marx, quando este, aliado a Engels, passa a analisar a sociedade de forma mais objetiva, enfatizando a natureza concreta da realidade que existe fora do homem. Através de uma epistemologia positivista, os seguidores deste paradigma buscam descrever padrões e regularidade que ocorrem nas relações entre classes sociais, utilizando metodologia nomotética. O homem é encarado de forma determinística, como condicionado pelas estruturas opressoras.

Peruzzo critica técnicas de Relações Públicas que entram em contradição e passam, a serviço do capitalismo, a envolver pessoas num contexto alienante, a distrair trabalhadores, impedindo-os de ver a realidade. Isto confirma o que dizem Burrell e Morgan: “escritores dentro deste paradigma tendem a encarar a sociedade como composta por elementos que entram em contradição entre si” (1979, p.326).

Resumindo, conforme o estruturalismo radical, o homem se relaciona com a realidade social (que existe fora dele) através das estruturas, que geram alienação. Deste relacionamento contraditório, surgem as crises. Enfocando a natureza do conflito, sobretudo de ordem econômica e política, este paradigma salienta, como conseqüência, um inevitável processo de mudança profunda e irreversível das estruturas opressoras.

Em sua análise estruturalista, Peruzzo comenta “... não é a consciência do homem que determina seu ser, mas o seu ser social que determina a consciência”, e “... e se o ser social do homem é condicionado a relações coisificadas, resulta que sua vida material é alienada” (1982, p.96).

Tais características e outros fatores importantes do estruturalismo radical,

presentes no desenvolvimento crítico da obra de Peruzzo, não serão analisados aqui, tendo em vista que este texto volta-se sobretudo para a proposta de uma nova postura de Relações Públicas, fundamentada no humanismo radical.

5 CONSCIENTIZAÇÃO E MUDANÇA RADICAL

Humanistas e estruturalistas radicais aceitam a conceituação de totalidade em relação à formação da sociedade, incluindo características objetivas e subjetivas das relações sociais de forma integral. A compreensão do todo deve preceder a das partes. O profissional de Relações Públicas deve encarar a realidade em sua totalidade, pois “perdendo a visão de conjunto deixa-se de ver a realidade e existe a perda da visão da trama das relações sociais” (Peruzzo, 1982, p.129).

O humanismo distingue-se do estruturalismo em relação à prioridade dada na ênfase e ordenação de conceitos. Para os humanistas radicais, é a consciência que determina a relação do homem com a realidade. Ao apresentar a proposta das Relações Públicas a serviço da classe dominada, Peruzzo enfatiza tal postura humanista, divergindo daquela exposta em sua análise crítica: é a consciência humana que, ao relacionar-se com as estruturas, define e critica a realidade, podendo modificá-la e emancipar-se. Desse modo ela afirma: “a força de trabalho percebe a dominação e percebe as formas adotadas para ‘ganhar’ os trabalhadores e submetê-los aos interesses do capital”; “os trabalhadores se articulam e tomam consciência da exploração e partem à ação...”; “há também que se ter presente a capacidade histórica de consciência, articulação e ação dos trabalhadores, portanto sua potencialidade revolucionária” (Peruzzo, 1982, p.120). No final, a autora define Relações Públicas sob a ótica das classes dominadas como um processo político-pedagógico não neutro, um processo de conscientização, de articulação e de ação.

A conscientização gera a crítica, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades humanas e a conseqüente emancipação. Tal processo depende da consciência humana. Para Peruzzo, as atividades de Relações Públicas

“... vão depender do estágio em que se encontra o movimento popular em nível de consciência de classe. Os interesses da classe dominada são, em última instância, a desalienação, a superação da dominação e a formação de uma sociedade sem o domínio do capital” (Peruzzo, 1982, p.125).

O paradigma humanista radical em relação à natureza das ciências sociais, conforme Burrell e Morgan (1979), caracteriza-se como: nominalista em relação à ontologia; anti-positivista em relação à epistemologia; voluntarista em relação à natureza humana; ideográfico em relação à metodologia.

Quanto à questão ontológica, Peruzzo (1982) apresenta termos, rótulos, como “concurso operário-padrão”, “programas para as famílias dos empregados”, que

servem para mistificar uma realidade de dominação burguesa e outros, como “mudança existencial, “consciência de classe”, que servem para desmistificar a situação dos dominados. Isso exemplifica o nominalismo (oposto ao realismo): a realidade é dada pela cognição humana que lhe atribui rótulos, nomes conforme seus interesses e percepções particulares.

Quanto à questão epistemológica, Peruzzo expressa o anti-positivismo, demonstrando que o conhecimento é relativo, depende da vivência e da participação na ação. Para ela “nesta tarefa, a metodologia indispensável a se adotar é a metodologia da troca. Ela supõe que nem o intelectual, nem o povo sejam donos absolutos da verdade. Ambos estão a caminho dela” (1982, p.123).

Quanto à definição da natureza humana, Peruzzo expressa a tendência voluntarista do homem (oposta ao determinismo) quando, ao mencionar a concepção libertadora da educação de Paulo Freire, salienta “o homem-pessoa, transformador do mundo” ou mais adiante quando fala do homem “eminente interferidor” capaz de se integrar à realidade para modificá-la (1982, p.121, 127).

Quanto à questão metodológica, fica nítida a concepção ideográfica da autora quando salienta: a necessidade de análise das situações históricas, de retomada da historicidade das relações sociais; a utilização de métodos adequados à criatividade do povo; a necessidade da atuação do Relações Públicas que seja um intelectual orgânico à classe dominada, capaz de conhecer e de vivenciar profundamente os interesses da classe dominada, capaz de “traduzir a proposta da hegemonia dos dominados” (Peruzzo, 1982, p.126).

Paradigmas subjetivistas enfatizam a necessidade de uma metodologia ideográfica, pois o homem dono do livre-arbítrio, não condicionado, deve participar, se envolver na pesquisa, formular conhecimentos e construir sua cultura e sua história. Como intelectual orgânico, o Relações Públicas tem por tarefa trabalhar pela homogeneidade e conscientização da classe oprimida. Embora não deva ser necessariamente um profissional formado nas escolas da burguesia, é importante que domine técnicas de Relações Públicas, adaptando-as aos movimentos populares e que tenha um conhecimento profundo da situação desses grupos oprimidos.

Para Gramsci (1985), a origem do intelectual orgânico está na necessidade de legitimação da função de grupos sociais que surgem como decorrência do mundo da produção econômica. Os intelectuais são necessários à organização de uma massa humana que pretendem se distinguir. Embora todos os homens sejam intelectuais, nem todos “desempenham na sociedade a função de intelectual” (1985, p.10).

O Relações Públicas, como intelectual orgânico, dentro deste paradigma, deve cultivar o raciocínio crítico, que permita um permanente processo reflexivo sobre a historicidade e a prática do cotidiano, que permita o confronto das verdades. Seu conhecimento se transforma com a “filosofia da praxis”, com o questionamento permanente que não permite, segundo Gramsci (1976), separar ser e pensar, sujeito e objeto. Também deve evitar o fanatismo pela ciência, questionando a validade dos métodos científicos, muitas vezes limitados e distorcidos pela especialização, utilizados como meios de dominação, permeados de ideologia burguesa ou tão especializados que impedem a visão integral do todo.

6 RELAÇÕES PÚBLICAS NA “PRAXIS”

Caracterizar a “praxis” das Relações Públicas humanistas radicais implica necessariamente conhecer em profundidade a historicidade que embasa esse paradigma, seus pensadores, suas teorias, seus métodos de investigação, etc. Somente com respaldo nas características metodológicas do próprio paradigma, pode-se encontrar a necessária coerência entre teoria e “praxis”, entre pensar e agir. É fundamental mergulhar na história do assunto pesquisado, vivenciar o método no cotidiano, buscando um conhecimento profundo da totalidade vivenciada, criticar e modificar as situações de opressão.

Alguns autores, que atuam nas áreas das ciências sociais, com práticas educativas ou comunicativas, têm desenvolvido procedimentos de investigação e de planejamento coerentes com o humanismo radical.

A pesquisa participante, a pesquisa militante, a pesquisa ativa, a pesquisa temática, a pesquisa na ação ou a pesquisa-ação representam procedimentos de investigação mais usados, oriundos na maioria de experiências realizadas nas áreas social e educacional na América Latina.

Segundo Gajardo,

“pesquisa participante é o termo usado com mais freqüência, na atualidade, para fazer referência às experiências que procuram conhecer, transformando . . . Em geral, é utilizado para designar esforços diversos para desenvolver práticas de pesquisa que incorporem os grupos excluídos das esferas de decisão, à produção e comunicação de conhecimentos, como às ações que disso possam derivar” (1988, p.44).

Muito utilizada em programas sócio-educacionais, que envolvem grupos marginalizados, preocupa-se com o processo de aprendizagem dos que fazem parte da pesquisa, combinando técnicas de pesquisa com processos de ensino-aprendizagem. Através dessa prática metodológica, a análise crítica para ordenação e classificação da informação, a definição de problemas e a produção de conhecimento são realizadas sempre de forma coletiva, com a participação plena, visando romper o monopólio do saber e do conhecimento.

A pesquisa militante contém na sua proposta teórico-metodológica um compromisso político-partidário e visa formar e capacitar quadros para a participação política. A pesquisa ativa, visando a organização e o poder popular, volta-se para a compreensão da situação histórica e social de grupos oprimidos pelo capitalismo. A pesquisa temática, oriunda de experiências educacionais de Paulo Freire, busca identificar temas, que representam conteúdos significativos para a compreensão da problemática de grupos populares, visando encontrar soluções de forma conjunta. A pesquisa na ação ou pesquisa-ação tem sido utilizada “num esforço para integrar aprendizagem e ação, formação social e capacitação geral” (Gajardo, 1986, p.31), para solução de problemas coletivos. Thiollent salienta que “toda pesquisa-ação é do tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária” (1986, p.15).

Observação direta ou indireta, questionários, sondagens ou pesquisas de opinião são instrumentos convencionais, cuja aplicação deve ser questionada através da análise de seus pressupostos teóricos, das diferenças cultural e ideológica entre pesquisador e pesquisado. Deve ser evitada toda situação de desigualdade nas trocas, que coloquem em destaque o monopólio do saber de uns, impedindo relações horizontais entre pesquisadores e pesquisados. Conforme Thiollent (1985), as técnicas, utilizadas neste sentido, prejudicam a emancipação dos envolvidos, impedindo de restituir à iniciativa individual sua função no processo de pesquisa.

Observação participante, análise de conteúdo são mais utilizadas pelos seguidores desse paradigma, que não costumam empregar múltiplas técnicas de análise, nem estatísticas sofisticadas, usuais nas pesquisas científicas convencionais. Gajardo (1986) salienta que a escassez de sistematização e de avaliação dessas experiências têm demonstrado a diferença de propósitos entre tais metodologias e aquelas da pesquisa científico-acadêmica.

As experiências investigativas que contêm em si a “praxis” incluem processos de planejamento nas ações que buscam a transformação. O ato de investigar se mistura simultaneamente aos atos de planejar e agir. Contudo, Bordenave e Carvalho (1979) apresentam um procedimento específico como ‘alternativa libertadora para a comunicação’: o planejamento sem plano. “Política como fortalecimento da praxis, desracionalização do processo global de planejamento, reflexão a partir do substantivo, atomização da síntese, globalidade pela interação” (1979, p.233) são pressupostos básicos para o planejamento sem plano. Recomendado para ações comunitárias de pequeno e médio porte, esse procedimento anula a existência de um documento formal, mas segue as fases gerais do processo de planejamento. O plano, para os autores, tem caráter autoritário, contém a racionalidade da ideologia dominante e deve ser substituído por outros veículos de comunicação, como fita gravada e vídeo-tape que registrem decisões do grupo.

Ainda com o mesmo sentido de planejamento como prática libertadora, Ferreira (1983) desmistifica algumas racionalidades implícitas no processo de planejar, sem negar a necessidade de planos.

Os pressupostos que norteiam a “praxis” da pesquisa e do planejamento são:

- a) o povo ou os envolvidos devem participar desses processos;
- b) eles têm condições ou potencialidades para dirigirem a ação;
- c) o técnico externo, não orgânico, deve ser evitado;
- d) a metodologia é escolhida pelo e para os envolvidos;
- e) os procesos são desenvolvidos através da reflexão crítica e visam a mudança;
- f) deve haver nivelamento entre pesquisador e pesquisado, entre planejador e envolvidos, visando a superação da dicotomia entre sujeito-objeto, teoria-prática;
- g) os autores devem ser incorporados a todas etapas do processo;
- h) o diálogo deve ser utilizado de forma permanente em todas as etapas;
- i) deve haver uma ruptura com o monopólio do saber, visando evitar situações de privilégio entre os participantes.

7 CONCLUSÕES

As Relações Públicas embasadas no paradigma humanista radical representam uma mudança profunda na concepção do homem, da sociedade. Elas iniciam com a reflexão crítica, auto-conhecimento profundo daquele indivíduo que se propõe utilizá-las para a conscientização, articulação e ação coletiva. Embora implique na adoção de uma nova postura do Relações Públicas, no vivenciar do cotidiano, essa concepção se efetiva na “praxis” coletiva, através da participação de todos os envolvidos. Com isso, esse profissional deve se despir do conhecimento excessivamente racional e científico, adquirido nas escolas burguesas, deve trocar sua função de integrar públicos pela de conscientizar e articular grupos oprimidos.

Os conceitos de públicos, público-alvo ou público prioritário se modificam para sujeitos participantes, companheiros de ação, sujeitos interferidores, atuantes. Os objetivos voltam-se para a emancipação dos grupos oprimidos: movimentos populares, operários, camponeses, indígenas, grupos vicinais ou marginalizados do setor urbano, como mulheres, jovens, idosos. A atuação começa com a participação de todos envolvidos na ação, numa investigação profunda de toda a problemática, onde a informação é repertida entre todos e refletida, questionada em suas contradições. As decisões para agir vão sendo tomadas gradativamente, à medida em que o nível de conscientização do grupo se amplia.

Como processo político pedagógico, as Relações Públicas passam a incorporar uma nova ideologia, que requer uma reflexão permanente sobre as contradições sociais. A percepção do distanciamento existente entre a concepção tradicional (funcionalista) e a humanista radical, possibilita um exercício dialético de confronto entre contradições. Possivelmente, deste confronto surgirá uma concepção que sintetize tais concepções antagônicas numa única enriquecida pela diversidade e adequada a novas características da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BORDENAVE, Juan Diaz, CARVALHO, Horacio Martins. **Comunicação e Planejamento**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. 247p.
- 2 BURRELL, Gibson, MORGAN, Gareth. **Sociological paradigmas and organizational analysis**. London : Heinemann, 1979. 432p.
- 3 FERREIRA, F. Whitaker. **Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983. 157p.
- 4 FONSECA, Ana Maria Eiroa da. Paradigmas para a teoria de Relações Públicas. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação UFRGS**. Porto Alegre, v.4, p.66-74, jan./dez. 1989.

- 5 GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante na América Latina.** São Paulo :Brasiliense, 1986. 94p.
- 6 GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 444p.
- 7 _____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** São Paulo : Círculo do Livro, 1985. 220p.
- 8 JACOBS, Dan. Comunismo Soviético. In: CHRISTENSON, Reo et al. **Ideologias e política moderna.** São Paulo : Ibrasa, 1974, 392p.
- 9 MARCUSE, Herbet. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. 413p.
- 10 PERUZZO, Cicilia Krohling. **Relações Públicas no modo de produção capitalista.** São Paulo : Cortez, 1982. 132p.
- 11 THIOLENT, Michel J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo : Polis, 1985. 270p.
- 12 _____. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo : Cortez: Autores Associados, 1986. 108p.